



EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2026-DL

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026-DL

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II e §§ 1º a 4º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;

DADOS DO EDITAL

Itaberaba/Bahia, 04 de março de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 004/2026

DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Até dia 11/03/2026, às 08:00hs.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO

Horário de Brasília - DF

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO GLOBAL (lote único)

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

licitacaoconsorciopiemonte@gmail.com

O **Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte do Paraguaçu**, sediado na Avenida Rio Branco, 318, Centro, CEP: 46.880-000, no município de Itaberaba-BA, torna público para conhecimento dos interessados a realização da Chamada Pública para DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Edital e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

ANEXOS DESTE EDITAL

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços

Anexo III - Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no Inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

Anexo V - Declaração de reserva de cargos PCD, consoante art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo VI - Declaração impedimentos do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo VII – Modelo de Contrato

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS AO EDITAL:

O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Diário Oficial do CDS do Piemonte do Paraguaçu acessível a partir do site <https://www.piemontedoparaguacu.ba.gov.br/Site/DiarioOficial> e no <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026-DL

1. REGÊNCIA LEGAL

As contratações através de dispensa de licitação no Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte do Paraguaçu são regidas pelo dispositivo legal:

- a) Lei nº 14.133/2021, Art. 75, Inc. II;

2. OBJETO

A presente dispensa de licitação visa orientar a contratação de empresa para aquisição de materiais de construção, destinados a atender às necessidades operacionais, de manutenção, conservação, visando assegurar a continuidade, eficiência e regularidade das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas através do ACORDO CONSORCIAL Nº 008/2025.

3. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Os interessados deverão proceder, antes da elaboração das propostas, verificação minuciosa de todos os elementos fornecidos, solicitando por escrito via e-mail: licitacaoconsorciopiemonte@gmail.com até 01 (um) dia útil antes do prazo final para apresentação da documentação e proposta.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar desta Dispensa de Licitação, pessoa jurídica, regularmente estabelecida no país que atenda às condições exigidas neste Edital e seus anexos, devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido e que estejam enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de pequeno Porte (EPP) seguindo o que determina a Lei Complementar 123/2006 Art. 48, I .

4.2 Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
- b) Que não atendam às condições deste Edital e Termo de Referência;
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSC IP, atuando nessa condição (Acórdão nº746/2014 - TCU Plenário);
- f) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.
- g) Que não estejam enquadrada como ME e EPP.

5. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

As informações relativas a especificações do objeto, dotação orçamentária, prazos e local de entrega estão elencadas no termo de Referência anexo I deste Edital.

6. PRAZO E FORMA PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 **PRAZO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS e PROPOSTA:** Esta chamada pública para Dispensa de Licitação ficará aberta por um período de **03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, contados a partir da data de publicação do **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** na imprensa oficial.

6.2 A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados via e-mail, para o endereço eletrônico: **licitacaoconsorciopiemonte@gmail.com** fazendo referência no assunto do e-mail a **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2026-DL**.

7. PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 A proposta de preços deverá ser apresentada na forma, prazo e condições estipulados neste Edital e seus anexos.

7.2 A proposta deverá ser redigida em papel timbrado do interessado, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail e pessoa de contato;
- b) Preços de acordo com os praticados no mercado dentro do preço máximo que o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte do Paraguaçu se dispõe a pagar, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta por extenso.
- c) Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

7.3 A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

7.4 A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Edital será desclassificada.

7.5 Os preços ofertados não poderão exceder os preços máximos, constantes neste Edital.

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 Para fins de comprovação de habilitação, deverão ser apresentados junto com a proposta de preços, os documentos abaixo relacionados, com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade:

8.1.1 Habilitação Jurídica

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito;
- b) Em se tratando de Microempreendedor individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

8.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, no âmbito da RFB e da PGFN abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2014.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual relativo ao domicílio ou sede do interessado;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do relativo ao domicílio ou sede do interessado;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Fornecedor (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação

de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com prazo de validade de 180 (cento e oitenta dias), contados da data de sua emissão, de acordo com a Legislação federal “Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011”.

- g) Prova de inscrição de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
- h) Certidão da Junta Comercial do domicílio do licitante ou declaração de enquadramento de ME ou EPP

8.1.3 Qualificação Técnica

- a) Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em nome da pessoa jurídica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, suficientes para comprovar a aptidão em execução de objetos similares ao desta contratação.
 - a.1) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.
 - a.2) Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da promitente contratada ou pela própria pessoa jurídica e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da promitente contratada.

8.1.4 Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.1.5 Documentação Complementar de Habilitação

- a) Declaração de que não está incurso nos impedimentos de que trata o art.14 da Federal nº 14.133/2021, conforme modelo ANEXO IV;
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoas com Deficiência — PCD e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e normas específicas, conforme modelo ANEXO III;
- c) Declaração assinada pelo titular ou representante legal da Requerente, devidamente identificado, em conformidade com o disposto no XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal (Modelo no **Anexo IV** deste Edital).
- d) Declaração de Enquadramento de ME/EPP, conforme modelo ANEXO VI.

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DESEMPATE

9.1 PROPOSTAS DE PREÇOS

- 9.1.1 As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Edital serão classificadas e será declarada vencedora a que apresentar o menor preço.
- 9.1.2 Os interessados que apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Edital e seus anexos será desclassificada.
- 9.1.3 Em caso de empate entre duas ou mais proposta, será aplicado o Art. 60, I, persistindo o empate aplica-se o Parágrafo Art. 60 § 1º, I.

9.2 HABILITAÇÃO

- 9.2.1 Será habilitado o interessado que atender todas as condições do Aviso e seus anexos.
- 9.2.2 Será inabilitado o interessado que não atender as condições do Aviso e seus anexos.

10. OBRIGAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES

As obrigações, penalidades e sanções estão elencadas no Termo de Referência, anexo I deste Edital e são parte integrante independente de transcrição.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

11.2 Poderá este Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte do Paraguaçu, revogar o

presente Edital, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

- 11.3 O Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte do Paraguaçu poderá anular o presente Edital, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação. A anulação do procedimento oriundo deste Edital, não gera direito a indenização.
- 11.4 Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pelo CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE DO PARAGUAÇU.
- 11.5 Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.
- 11.6 A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretroatável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência.
- 11.7 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.
- 11.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, com fulcro no Art 183 da Lei Federal 14.133/2021, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, observando-se as seguintes disposições:
- a) Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
 - b) Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
 - c) Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.
- 11.8.1 Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:
- a) O primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

Itaberaba/Bahia, 04 de março de 2026.



VALMIR MACEDO DE SOUZA
Secretário Executivo

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº004/2026

1. OBJETO

Contratação de empresa para aquisição de materiais de construção, destinados a atender às necessidades operacionais, de manutenção, conservação, visando assegurar a continuidade, eficiência e regularidade das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas conforme ACORDO CONSORCIAL Nº 008/2025.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de materiais de construção, destinados a atender às demandas operacionais, de manutenção, conservação e execução de pequenos serviços, indispensáveis à adequada execução das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas no âmbito do Acordo Consorcial nº 008/2025, celebrado entre o Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, e o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Piemonte do Paraguaçu.

O referido Acordo Consorcial tem por objeto a parceria técnica e financeira para a execução de obras e serviços de capina, roçagem, limpeza lateral de rodovias, limpeza de bueiros, serviços de tapa-buracos (com massa asfáltica e solo), correção de pontos críticos, drenagem, obras complementares, sinalização e patrolamento, conforme cronogramas, procedimentos e planilhas anexos ao instrumento pactuado, abrangendo os trechos rodoviários inseridos no território de atuação do Consórcio.

Nesse contexto, a disponibilidade imediata de materiais de construção mostra-se essencial para garantir a continuidade, eficiência e regularidade da execução dos serviços previstos, especialmente diante da natureza operacional e dinâmica das atividades, que exigem respostas rápidas para correções pontuais, manutenção preventiva e atendimento a demandas emergenciais identificadas ao longo da malha viária.

A contratação mostra-se necessária para garantir a execução regular e contínua das atividades de conservação rotineira e corretiva das vias, compreendendo intervenções voltadas à manutenção da faixa de domínio, recuperação de dispositivos de drenagem, correção de defeitos no revestimento asfáltico e primário, tratamento de pontos críticos, além de ações de sinalização e obras complementares indispensáveis à preservação da infraestrutura viária. Tais serviços integram o cronograma físico pactuado e são essenciais para assegurar a trafegabilidade, a segurança dos usuários e a adequada funcionalidade das rodovias.

Sob o aspecto técnico, a manutenção preventiva e corretiva constitui medida indispensável para evitar a degradação progressiva do pavimento e dos sistemas de drenagem, prevenindo danos estruturais de maior complexidade e custos elevados de recuperação futura. A ausência de fornecimento tempestivo dos materiais comprometeria a eficiência operacional das equipes, impactando diretamente o cumprimento das metas estabelecidas no instrumento consorcial.

Dessa forma, a aquisição pretendida revela-se imprescindível para o cumprimento das obrigações assumidas pelo Consórcio, contribuindo diretamente para a melhoria da infraestrutura viária, a segurança dos usuários e a adequada prestação dos serviços públicos pactuados com o Estado da Bahia, no âmbito territorial de abrangência do Consórcio.

3. FUNDAMENTAÇÕES LEGAIS

3.1 O objeto deste Termo de Referência tem amparo legal nas normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais, integralmente, na Lei 14.133/2021, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

3.2 Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

4. DOS PRAZOS:

4.1 VIGÊNCIA: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura.

4.2 ENTREGA: Em até 05 (cinco) dias após a ordem de fornecimento.

5. LOCAL DE ENTREGA:

5.1. conforme determinado na ordem de fornecimento

6. DO PREÇO:

6.1 A tabela a seguir engloba os valores das cotações, ofertados para a presente contratação por meio de dispensa de licitação pelo valor, incluídas todas as despesas necessárias à consecução do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	MÉDIA	VALOR TOTAL
1	CIMENTO , comum, cinza, CP II, embalagem saco com 50 kgs	60	SACOS	R\$ 53,67	R\$ 3.220,20
2	PÓ DE PEDRA - Pó de pedra proveniente da britagem de rocha basáltica ou granito, material fino resultante do processo de britagem, isento de impurezas orgânicas, argila ou materiais terrosos. Granulometria inferior a 4,8 mm, utilizado para assentamento de pisos intertravados, fabricação de artefatos de concreto, regularização de base e composição de argamassas. Material deverá apresentar boa compactação, uniformidade granulométrica e estar seco no ato da entrega.	80	M³	R\$ 270,00	R\$ 21.600,00
3	TAMBOR PLÁSTICO TONEL BARRICA - CAPACIDADE: 200 LITROS - Altura: 94 cm, Diâmetro: 60cm, Peso: 9 Kg, Material: Polietileno Atóxico de alta densidade, Cor: Azul; Ideal para residências, chácaras ou pequenas propriedades, ele contribui para a sustentabilidade e o uso consciente da água.	2	UND	R\$ 185,00	R\$ 370,00
4	PENEIRA PARA CONSTRUÇÃO - Peneira para uso na construção civil, com aro em madeira resistente ou plástico reforçado, tela metálica galvanizada ou aço carbono, malha média (aproximadamente 4 a 6 mm), diâmetro mínimo de 50 cm. Indicada para peneiramento de areia, pó de pedra e outros agregados. Produto deverá apresentar resistência estrutural e durabilidade adequada ao uso contínuo.	6	UND	R\$ 83,00	R\$ 498,00

5	KIT DE FERRAMENTAS CONTENDO 108 PEÇAS - Kit de ferramentas composto por 108 peças, acondicionado em maleta plástica resistente para transporte e organização. Conjunto contendo, no mínimo: jogo de soquetes métricos e sextavados, catraca reversível, extensões, chaves combinadas, chaves Allen, chave inglesa, alicate universal, alicate de bico, martelo, bits variados (fenda, Phillips, Torx), adaptadores e demais acessórios compatíveis. Ferramentas fabricadas em aço cromo-vanádio ou material de resistência equivalente, com acabamento anticorrosivo.	2	KIT	R\$ 663,33	R\$ 1.326,66
6	BRITA Nº 0 - Brita nº 0 (pedrisco), proveniente da britagem de rocha sã (basalto, granito ou equivalente), com granulometria aproximada entre 4,8 mm e 9,5 mm, conforme normas técnicas da ABNT. Material limpo, isento de pó excessivo, impurezas orgânicas ou fragmentos friáveis. Indicado para fabricação de concreto, lajes, pré-moldados, drenagens e acabamentos estruturais.	80	M³	R\$ 276,67	R\$ 22.133,60
7	PARAFUSO FRANCÊS - com cabeça abaulada, com porca, similar ao modelo M16X70mm, geralmente feito de aço galvanizado para resistência à corrosão, utilizado em estruturas metálicas, fixação de engates ou implementos agrícolas, acompanhado de porca sextavada para aperto.	300	M³	R\$ 6,00	R\$ 1.800,00
					R\$ 50.948,46

Valor Total R\$ 50.948,46

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa desta contratação correrá pela dotação orçamentária:

Órgão: 01 Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte do Paraguaçu
 Unidade: 01.01 Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte do Paraguaçu
 Ação: 2006 - Gestão do Contrato de Manutenção de Vias Estaduais
 Elemento: 339030 - Material de Consumo
 Fonte: 880 - Recursos Próprios dos Consórcios

8. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Os objetos da contratação serão aceitos pela administração pública tão somente no caso de serem ofertados em estrita conformidade com as especificações e exigências constantes no presente Termo de Referência, livres de quaisquer ônus ou embaraços e entregues no local e dentro do prazo exigido;

9. FORMA DE PAGAMENTO:

No valor global deste já estão inclusas todas as despesas com tributos, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, frete, seguros e quaisquer outras que forem devidas.

9.1 O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal e comprovação da entrega dos materiais, em até 20 (vinte) dias após a aceitação definitiva..

9.2 A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

9.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

9.4 Havendo na Nota Fiscal ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação será suspensa para que a CONTRATADA adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

9.5 A Administração poderá sustar no todo ou em parte os pagamentos devidos, sempre que ocorrerem irregularidades na execução do objeto do contrato ou no documento de cobrança.

10. DOCUMENTOS DE JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

Para fins de comprovação de habilitação, deverão ser apresentados junto com a proposta de preços, os documentos abaixo relacionados, com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade:

11.1.2 Habilitação Jurídica

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito;

Em se tratando de Microempreendedor individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

11.1.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, no âmbito da RFB e da PGFN abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2014.

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual relativo ao domicílio ou sede do interessado;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do relativo ao domicílio ou sede do interessado;

e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com prazo de validade de 180 (cento e oitenta dias), contados da data de sua emissão, de acordo com a Legislação federal “Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011”.

h) Prova de inscrição de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;

11.1.4 Qualificação Técnica

Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em nome da pessoa jurídica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, suficientes para comprovar a aptidão em execução de objetos similares ao desta contratação.

O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.

Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da promitente contratada ou pela própria pessoa jurídica e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da promitente contratada.

11.1.5 Qualificação econômico-financeira

Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

a.) Caso o licitante encontre-se em recuperação judicial, admite-se a participação, em licitações, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, na forma do Acórdão TCU – Plenário – 1201/2020.

11. OBRIGAÇÕES

11.1 DA CONTRATANTE - A Contratante estará obrigado a:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar a CONTRATADA as condições necessárias para a regular execução do contrato;
- c) Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato;
- d) Receber ou não, os produtos fornecidos pela CONTRATADA;
- e) Efetuar o pagamento das Notas Fiscais emitidas pela CONTRATADA, desde que devidamente atestada pelo fiscal do contrato, na forma da Cláusula Terceira deste Contrato;

- f) Notificar a CONTRATADA, por escrito, de modificações introduzidas nas especificações dos produtos, sempre que houver necessidade de aprimoramento ou correção de documentos;
- g) Notificar a CONTRATADA, por escrito, e com seu expresso ciente, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades verificadas na execução do Contrato, bem como da eventual aplicação de multas previstas no Contrato.

11.2 DA CONTRATADA - A Contratada estará obrigada a:

- a) Realizar o fornecimento obedecendo todas as condições ora estabelecidas, sem prejuízo de outros encargos previstos em Lei e com observância das recomendações dadas pela fiscalização da CONTRATANTE, nas condições indicadas na proposta apresentada.
- b) Todos os custos com mão de obra, materiais e transporte, EPI's, impostos, taxas serão por conta da CONTRATADA.
- c) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação;
- d) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer outros encargos fiscais, de origem federal, estadual ou municipal, vigentes, bem como de quaisquer despesas judiciais ou extrajudiciais, que lhe venham a ser imputadas, inclusive em relação a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosa ou culposa de prepostos da CONTRATADA;

12. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

12.1 SANÇÕES - Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

14.1.1 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, quando:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Não entregar a documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Não mantiver a proposta;
- e) Declarar informações falsas; e/ou
- f) Cometer fraude fiscal.

12.2 PENALIDADES - À CONTRATADA que cometer infrações, descumprirem total ou parcialmente os contratos, ajustes ou acordos celebrados com a Administração Pública Municipal, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) **Advertência** - comunicação formal ao fornecedor, sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, quando ocorrer atraso na prestação do serviço, em até 10 (dez) dias da

data estipulada para tanto.

- b) **Multa** - pena pecuniária em favor da Administração Municipal pelos prejuízos causados decorrentes do descumprimento de obrigações legais e contratuais.
- c) **Suspensão** - ato formal de impedimento temporário para licitar, e contratar com a Administração Pública Municipal.
- d) **Declaração de inidoneidade** - declaração da qualidade de impróprio, de desqualificado, de inconveniente, de incapaz e inapto. A declaração de inidoneidade impede o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública.

14.2.1 Serão aplicadas as seguintes penalidades, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo conclusivo, garantido a ampla defesa e o contraditório;

- a) Não atender às condições da execução previstas no edital, termo de referência, contrato ou instrumento equivalente; multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), além de suspensão temporária de 12 (doze) meses, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal;

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pelos servidores Valmir Macedo de Souza – Gestor do Contrato e Luciano Santana Serra e Ramon Lima Soares Junior – Fiscais do Contrato;

13.2. Os objetos da presente contratação serão devidamente fiscalizados, inicialmente a partir de minuciosa conferência no momento da entrega/recebimento;

13.3. Após o recebimento definitivo e aceite, os materiais permanecerão em avaliação quanto à sua durabilidade, validade e adequação às especificações exigidas, sendo anotado em protocolo próprio todas as inconformidades para adoção dos procedimentos administrativos necessários para sanar as incorreções

14. DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DETALHAMENTO EXCESSIVO

14.1 Declaro para os devidos fins, que na descrição do objeto não existem detalhes excessivos, irrelevantes ou desnecessários, capazes de conduzir à limitação da competitividade do certame, sendo todos os itens de grande relevância a devida utilização.

15. VEDAÇÕES

Vedado qualquer execução que modifique as condições propostas pelo Termo de Referência e descumpram o resultado final do objeto.

16. JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E ANÁLISE DE RISCOS

Para os fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, entende-se que a menor complexidade do objeto enseja a prescindibilidade de estudo técnico preliminar e de análise de riscos. Ainda assim, consigne-se que as informações necessárias e suficientes ao pleito, capazes de maximizar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, encontram-se nos artefatos documentais que compõem a instrução processual.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

Itaberaba/Bahia, 04 de março de 2026.



VALMIR MACEDO DE SOUZA
Secretário Executivo

**DISPENSA DE LICITAÇÃO NºXXX-2026-DL
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE DO PARAGUAÇU
ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE DO PARAGUAÇU DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 00x-2026-DL DADOS DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL			
CNPJ		ENDEREÇO	
TELEFONE		E-MAIL	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL		TELEFONE DO REPRESENTANTE LEGAL	

LOTE GLOBAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	MÉDIA	VALOR TOTAL
1	CIMENTO , comum, cinza, CP II, embalagem saco com 50 kgs	60	SACOS		
2	PÓ DE PEDRA - Pó de pedra proveniente da britagem de rocha basáltica ou granito, material fino resultante do processo de britagem, isento de impurezas orgânicas, argila ou materiais terrosos. Granulometria inferior a 4,8 mm, utilizado para assentamento de pisos intertravados, fabricação de artefatos de concreto, regularização de base e composição de argamassas. Material deverá apresentar boa compactação, uniformidade granulométrica e estar seco no ato da entrega.	80	M ³		
3	TAMBOR PLÁSTICO TONEL BARRICA - CAPACIDADE: 200 LITROS - Altura: 94 cm, Diâmetro: 60cm, Peso: 9 Kg, Material: Polietileno Atóxico de alta densidade, Cor: Azul; Ideal para residências, chácaras ou pequenas propriedades, ele contribui para a sustentabilidade e o uso consciente da água.	2	UND		

4	PENEIRA PARA CONSTRUÇÃO - Peneira para uso na construção civil, com aro em madeira resistente ou plástico reforçado, tela metálica galvanizada ou aço carbono, malha média (aproximadamente 4 a 6 mm), diâmetro mínimo de 50 cm. Indicada para peneiramento de areia, pó de pedra e outros agregados. Produto deverá apresentar resistência estrutural e durabilidade adequada ao uso contínuo.	6	UND		
5	KIT DE FERRAMENTAS CONTENDO 108 PEÇAS - Kit de ferramentas composto por 108 peças, acondicionado em maleta plástica resistente para transporte e organização. Conjunto contendo, no mínimo: jogo de soquetes métricos e sextavados, catraca reversível, extensões, chaves combinadas, chaves Allen, chave inglesa, alicate universal, alicate de bico, martelo, bits variados (fenda, Phillips, Torx), adaptadores e demais acessórios compatíveis. Ferramentas fabricadas em aço cromo-vanádio ou material de resistência equivalente, com acabamento anticorrosivo.	2	KIT		
6	BRITA Nº 0 - Brita nº 0 (pedrisco), proveniente da britagem de rocha sã (basalto, granito ou equivalente), com granulometria aproximada entre 4,8 mm e 9,5 mm, conforme normas técnicas da ABNT. Material limpo, isento de pó excessivo, impurezas orgânicas ou fragmentos friáveis. Indicado para fabricação de concreto, lajes, pré-moldados, drenagens e acabamentos estruturais.	80	M ³		
7	PARAFUSO FRANCÊS - com cabeça abaulada, com porca, similar ao modelo M16X70mm, geralmente feito de aço galvanizado para resistência à corrosão, utilizado em estruturas metálicas, fixação de engates ou implementos agrícolas, acompanhado de porca sextavada para aperto.	300	M ³		
VALOR TOTAL GERAL					

Declaramos que concordamos e atenderemos todas as exigências do Aviso e seus anexos
Validade da Cotação: 60 dias
Local e Data

Assinatura e Carimbo



**DISPENSA DE LICITAÇÃO N°XXX-2026-DL/CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE DO PARAGUAÇU**

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC. XXXIII DO
ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

**REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° XXXXXXX/CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE DO PARAGUAÇU**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (). Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

xxxxxx/Bahia, _de _____ de _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXX-2026-DL/CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
PIEMONTE DO PARAGUAÇU**

**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PCD, CONSOANTE ART. 92, DA LEI
FEDERAL Nº 14.133/2021**

**REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXX-2026-DL/CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE DO PARAGUAÇU**

A empresa _____, declara para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência — PCD, para Reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

xxxxxxx, _____ de _____ de _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



**PIEMONTE DO
PARAGUAÇU**

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXX-2026-DL/CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE DO PARAGUAÇU**

**ANEXO V - DECLARAÇÃO IMPEDIMENTOS DO ART. 14 DA LEI FEDERAL Nº
14.133/2021**

**REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXX-2026-DL/CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE DO PARAGUAÇU**

A empresa _____, declara para os devidos fins licitatórios que não incursa nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

xxxxxx/Bahia, ___ de _____ de _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



**PIEMONTE DO
PARAGUAÇU**

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXX-2026-DL/CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
PIEMONTE DO PARAGUAÇU**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ/MF N.º _____, (ENDEREÇO COMPLETO) _____, neste ato representada pelo seu (Sócio/Procurador) _____, Estado Civil, nacionalidade, CPF _____, RG _____, endereço _____, declara, sob as penas da Lei, que está enquadrada como microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, que não há nenhum dos impedimentos previsto nos incisos do § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores.

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal)



**PIEMONTE DO
PARAGUAÇU**

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE DO PARAGUAÇU
ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO**

Contrato de fornecimento que entre si celebram o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE DO PARAGUAÇU** e a empresa

A CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE DO PARAGUAÇU, ESTADO DA BAHIA, autarquia Inter federativa, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 34.057.640/0001-50, com sede na Avenida Rio Branco, 318, Centro, CEP: 46.880-000, no município de Itaberaba-BA, neste ato representado pelo Presidente Roberto Venâncio dos Santos, brasileiro, portador do CPF nº 984.xxx.xxx-91, e pelo Secretário Executivo Valmir Macedo de Souza, brasileiro, casado, CPF nº 350.xxx.xxx-20, e RG nº 3.xxx.xxx/96 SSP/BA, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, situada à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob nº xxxxxxxxxxxxxxxx, Inscrição Estadual nº xxxxxxxxxxxxxxxx, aqui representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, CPF/MF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, e C.I nº xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, devidamente vinculadas ao processo de **Dispensa de Licitação xxx-2026-DL** que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/2021, e alterações posteriores e pelo Decreto Municipal nº 138/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir e do qual ficam fazendo parte integrante independentemente de transcrição, os documentos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Contratação de empresa para aquisição de materiais de construção, destinados a atender às necessidades operacionais, de manutenção, conservação, visando assegurar a continuidade, eficiência e regularidade das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas através do ACORDO CONSORCIAL Nº 008/2025, conforme condições constantes no Termo de Referência do Edital de Dispensa de Licitação nº xxx-2026 e proposta da CONTRATADA que são parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

Parágrafo único. A licitante obriga-se a aceitar, quando solicitado pela Administração, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizer nas compras de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, na forma do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021..

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	QTDE	UND	MARCA	VALOR UNINT	VALOR TOTAL
					Total =	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

§1º VIGÊNCIA: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura.

§2º EXECUÇÃO: Secretaria de Adm. e Relações Institucionais emitirá ordem de fornecimento acompanhada do local para a realização do fornecimento. Os fornecimentos deverão ser iniciados no prazo de até 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de fornecimento.

§3º GARANTIA: O prazo de garantia se for o caso, será de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo. Ocorrendo defeito durante o período da garantia, a CONTRATADA



deverá substituir objeto deste contrato, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da comunicação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

§4º Os prazos poderão ser alterados nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor global deste contrato é de **R\$** (.....) sendo fixo e irrevogável e transcrito da proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSO FINANCEIRO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

As despesas para pagamento deste contrato correrão à conta do recurso da Dotação Orçamentária:

Órgão: 01 Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte do Paraguaçu
Unidade: 01.01 Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte do Paraguaçu
Ação: 2006 - Gestão do Contrato de Manutenção de Vias Estaduais
Elemento: 339030 - Material de Consumo
Fonte: 880 - Recursos Próprios dos Consórcios

Os valores devidos pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte do Paraguaçu, pelos produtos/equipamentos contratados serão pagos mediante ordem de prestação de fornecimento, apresentação nota fiscal e liquidação da despesa, de forma parcelada, conforme a necessidade da Contratante, mediante apresentação das certidões de regularidades.

Não estarão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por fornecimentos e mercadorias elencados no artigo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

Optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) caso venham ser desenquadradas, sofreram a retenção na fonte com a alíquota aplicada para o objeto do contrato conforme ANEXO I da Instrução Normativa RFB de 11/01/2012.

Nestes preços estão inclusas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE:

DA CONTRATANTE - A Contratante estará obrigado a:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar a **CONTRATADA** as condições necessárias para a regular execução do contrato;
- c) Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato;
- d) Receber ou não, os produtos fornecidos pela **CONTRATADA**;
- e) Efetuar o pagamento das Notas Fiscais emitidas pela **CONTRATADA**, desde que devidamente atestada pelo fiscal do contrato, na forma da Cláusula Terceira deste Contrato;
- f) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, de modificações introduzidas nas especificações dos produtos, sempre que houver necessidade de aprimoramento ou correção de documentos;
- g) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, e com seu expresso ciente, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades verificadas na execução do Contrato, bem como da eventual aplicação de multas previstas no Contrato.



DA CONTRATADA - A Contratada estará obrigada a:

- h) Realizar o prestação de fornecimento obedecendo todas as condições ora estabelecidas, sem prejuízo de outros encargos previstos em Lei e com observância das recomendações ditadas pela fiscalização da CONTRATANTE, nas condições indicadas na proposta apresentada.
- i) Todos os custos com mão de obra, materiais e transporte, EPI's, impostos, taxas serão por conta da CONTRATADA.
- j) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação;
- k) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer outros encargos fiscais, de origem federal, estadual ou municipal, vigentes, bem como de quaisquer despesas judiciais ou extrajudiciais, que lhe venham a ser imputadas, inclusive em relação a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosa ou culposa de prepostos da CONTRATADA;

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO:

Com base no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica designado o Sr Valmir Macedo de Souza, como Gestor do Contrato e os Srs Luciano Santana Serra e Ramon Lima Soares Junior como Fiscais do presente Contrato.

Os objetos da presente contratação serão devidamente fiscalizados, inicialmente a partir de minuciosa conferência no momento da entrega/recebimento;

Após o recebimento definitivo e aceite, os materiais permanecerão em avaliação quanto à sua durabilidade, validade e adequação às especificações exigidas, sendo anotado em protocolo próprio todas as inconformidades para adoção dos procedimentos administrativos necessários para sanar as incorreções.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO

A alteração de quaisquer das cláusulas ou condições contidas neste contrato deverá ser realizada mediante celebração de Termo Aditivo, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO

Este contrato poderá ser extinto na forma dos Artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Itaberaba/Bahia, Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos jurídicos.

Itaberaba/Bahia, de de

CONTRATANTE

CONTRATADA



**PIEMONTE^{DO}
PARAGUAÇU**

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA